

## DIREITO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Licenciatura em Gestão Pública

Licenciatura em Gestão Pública (Regime Ensino Distância)

---

Código: 16801

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Administrativas e Fiscais

Docente: Carlos Filipe Pina Marques Carvalho

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 94h

ECTS: 5,5

---

### **Objetivos**

O objectivo geral desta unidade curricular é habilitar os alunos com conhecimentos e competências nas matérias de Direito Administrativo. Os objectivos específicos dirigem-se a complementar o papel de outras unidades curriculares introdutórias aos ciclos de estudos jurídicos, ao mesmo tempo que facultar aos alunos de competências e conhecimentos que possam vir a ser úteis no desempenho profissional das matérias leccionadas neste ciclo de estudos.

### **Resultados da Aprendizagem**

No final do semestre os alunos deverão ser capazes de:

1. Identificar e perceber os Princípios Gerais da Actividade Administrativa;
2. Definir e aplicar o conceito e aplicabilidade de discricionarieidade administrativa;
3. Caracterizar correctamente o procedimento administrativo previsto no Código do Procedimento Administrativo;
4. Identificar as formas de actividade administrativa: regulamento, ato e contrato administrativos;
5. Identificar as garantias administrativas;
6. Caracterizar a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado (Administração Pública).

### **Conteúdos Programáticos**

A – Evolução histórica da Administração Pública

1. Noção de Administração Pública (características e sentidos)2. Evolução histórica

B – Princípios Constitucionais sobre o Poder Administrativo

- 1.Princípio da prossecução do interesse público

2.Princípio da legalidade

3.Princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares

4.Poder discricionário da Administração e margem de decisão da Administração

5.Princípio da justiça

6.Princípio da igualdade

7.Princípio da proporcionalidade

8.Princípio da boa fé

9.Princípio da imparcialidade

C – O Exercício do Poder Administrativo – Modalidades

1.Princípios fundamentais do procedimento administrativo;

2.Regime do Procedimento: Comum, do Regulamento e do Acto.

3.Da actividade Administrativa:

a)O acto administrativo (elementos do acto: validade, eficácia, execução, extinção, revogação e vícios)

b)O regulamento administrativo

c)O contrato administrativo (no âmbito do novo Código dos Contratos Públicos)

D – A Responsabilidade Civil do Estado (da Administração Pública)

1.Principais aspetos e alcance Constitucional;

2.A responsabilidade por atos de gestão privada;

3.A responsabilidade extracontratual por atos de gestão pública;

4.Responsabilidade objetiva;

E – As Garantias dos Particulares

1.As Garantias Administrativas;

2.As Garantias Contenciosas (breve abordagem);

3.As Garantias Políticas (breve abordagem);

## **Bibliografia Recomendada**

DIOGO FREITAS DO AMARAL, Curso de Direito Administrativo, Vol. II, 4ª Edição - Reimpressão 2020, 2018, Almedina

PEDRO COSTA GONÇALVES, Manual de Direito Administrativo, Vol. I, 2019, Almedina;

JOSÉ EDUARDO F. DIAS/FERNANDA PAULA OLIVEIRA, Noções Fundamentais de Direito Administrativo, Almedina, 5ª Edição- Reimpressão 2019, Coimbra, 2019

MARCELO REBELO DE SOUSA/ANDRÉ SALGADO DE MATOS, Direito Administrativo Geral, Tomo II e III, Dom Quixote, Lisboa, 2004.

JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, Lições de Direito Administrativo, Imprensa da Universidade de Coimbra, 5ª Edição, 2018.

MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, Teoria Geral do Direito Administrativo, 6ª Edição - Reimpressão 2020, Almedina, 2020

ESTEVES DE OLIVEIRA, PACHECO DE AMORIM, GONÇALVES, Código do Procedimento Administrativo, Comentado, 2.a Edição, Almedina, Coimbra, 2010;

GONÇALVES, PEDRO COSTA, Direito dos Contratos Públicos, 4ª Edição, Volume I, Almedina, 2020

ALMEIDA, FRANCISCO DE M. L. FERREIRA DE, Direito Administrativo, Almedina 2018

## **Métodos de Ensino e de Aprendizagem**

Os conteúdos programáticos da uc são definidos para garantir que os alunos que, no final da uc, cumpram os objectivos propostos obtenham aproveitamento. Neste termos:

1. para que alunos possam identificar correctamente a discricionariedade administrativa;
2. para que os alunos saibam caracterizar as formas de atividade administrativa: o regulamento, o ato e o contrato administrativos.
3. para que os alunos possam caracterizar a responsabilidade civil extracontratual do Estado (Administração Pública).

## **Métodos de Avaliação**

A metodologia de avaliação será efectuada com a realização de dois testes, sendo o 1º com um ponderação para a avaliação de 50%, sendo que apenas poderá realizar o 2º teste quem obtiver nota igual ou superior a 8 valores (causa de exclusão) e um 2º teste com uma ponderação de 50%.